

Aula 00

*TCE-SP (Agente de Fiscalização) Passo
Estratégico de Controle na Administração
Pública*

Autor:
Alexandre Violato Peyerl

18 de Agosto de 2024

Índice

1) Apresentação	3
2) Controle da Administração - Análise Estatística Vunesp TCE	5
3) Controle da Administração - Roteiro de Revisão	7
4) Controle da Administração - Aposta Estratégica	16
5) Controle da Administração - Questões Estratégicas Vunesp	17
6) Controle da Administração - Questionário de Revisão	40
7) Controle da Administração - Lista de Questões Vunesp	44
8) Controle da Administração - Gabarito Vunesp	55
9) Controle da Administração - Referências Bibliográficas	56

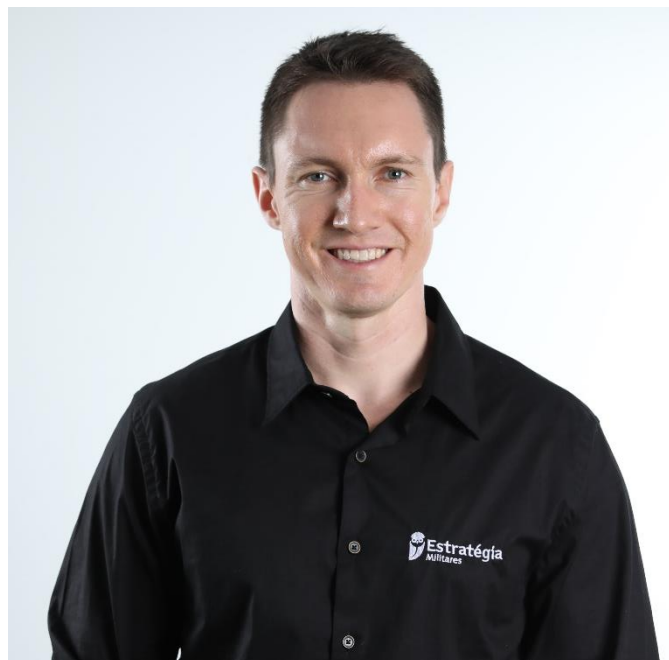


APRESENTAÇÃO DO CURSO

Olá, seja muito bem-vindo ao nosso Passo Estratégico de Controle Externo! É com imensa satisfação que participo da sua jornada rumo à aprovação.

Sou Alexandre Violato Peyerl, Chefe Técnico da Fiscalização no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, graduado em Administração e Pós-Graduado em Finanças e em Auditoria e Perícia Contábil.

Comecei efetivamente a estudar para concursos no fim de 2014 e obtive várias aprovações, sendo as principais Banco do Brasil (3º lugar para Curitiba), Analista de Projetos da Área Econômico-Financeira do BRDE (1º lugar geral), Administrador da Itaipu Binacional (2º lugar) e Agente da Fiscalização (Auditor de Controle Externo) do TCE/SP (2º lugar para Registro). Foi uma jornada árdua, com derrotas e vitórias, mas digo para você, estude muito, dê o seu melhor, pois valerá muito a pena!



Estou aqui para ajudar você a encurtar o caminho para a aprovação.

Fique à vontade para sanar quaisquer dúvidas que tiver através do nosso fórum.

Bons estudos!



O QUE É O PASSO ESTRATÉGICO?

O Passo Estratégico é um material escrito e enxuto que possui dois objetivos principais:

- a) orientar revisões eficientes;
- b) destacar os pontos mais importantes e prováveis de serem cobrados em prova.

Assim, o Passo Estratégico pode ser utilizado tanto para **turbinar as revisões dos alunos mais adiantados nas matérias, quanto para maximizar o resultado na reta final de estudos por parte dos alunos que não conseguirão estudar todo o conteúdo do curso regular.**

Em ambas as formas de utilização, como regra, **o aluno precisa utilizar o Passo Estratégico em conjunto com um curso regular completo.**

Isso porque nossa didática é direcionada ao aluno que já possui uma base do conteúdo.

Assim, se você vai utilizar o Passo Estratégico:

- a) **como método de revisão**, você precisará de seu curso completo para realizar as leituras indicadas no próprio Passo Estratégico, em complemento ao conteúdo entregue diretamente em nossos relatórios;
- b) **como material de reta final**, você precisará de seu curso completo para buscar maiores esclarecimentos sobre alguns pontos do conteúdo que, em nosso relatório, foram eventualmente expostos utilizando uma didática mais avançada que a sua capacidade de compreensão, em razão do seu nível de conhecimento do assunto.

Seu cantinho de estudos famoso!

Poste uma foto do seu cantinho de estudos e nos marque no Instagram:



@passoestrategico

Vamos repostar sua foto no nosso perfil para que ele fique famoso entre milhares de pessoas!

Bom, feitos os esclarecimentos, vamos descobrir os assuntos que possuem mais chances de cair na nossa prova?



CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. CONTROLE EXTERNO NO BRASIL

ANÁLISE ESTATÍSTICA

Para realizar a análise estatística selecionamos as questões realizadas pela Vunesp desde 2017, delimitando os concursos para o Tribunal de Contas, cargos de controle interno e cargos da área legislativa. A partir disso, obtivemos o seguinte resultado:

ASSUNTO	GRAU DE INCIDÊNCIA EM CONCURSOS PARA TRIBUNAIS DE CONTAS	AULA
Competências Constitucionais dos Tribunais de Contas	34,62%	02
Julgamento e Fiscalização	19,23%	07
Controle na Administração Pública	17,31%	00
Jurisdição e Competências Infraconstitucionais	11,54%	04
Tribunais de Contas: Natureza Jurídica e Funções	9,62%	01
Organização	5,77%	07
Sanções e Recursos	1,92%	08



O que é mais cobrado dentro do assunto?

Avaliamos ainda, dentro do assunto, o grau de incidência de cada tópico. Considerando os tópicos que compõem o nosso assunto, possuímos a seguinte distribuição percentual, em ordem decrescente de cobrança:

Tópico	%
Classificações/formas de controle	44,45%
Controle Externo no Brasil	33,33%
Controle externo e Controle Interno (conceito, funções e características gerais)	22,22%



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

Esta aula traz os assuntos introdutórios de nossa disciplina. A maioria dos tópicos desta parte inicial são também estudados em Direito Administrativo, na parte de Controle da Administração Pública.

Não é um assunto tão difícil e sempre é cobrado nas provas para Tribunais de Contas, seja em Controle Externo, seja em Direito Administrativo. Para revisar e ficar bem preparado(a) nele, você precisa, basicamente, seguir os passos a seguir...

Para começar, é importante que você compreenda as classificações de controle e as diferenças entre o controle externo e o controle interno.

Mas antes de tudo, é deve-se saber que controle consiste basicamente em avaliar uma situação em relação um parâmetro.

No âmbito da administração pública, o controle "é o **poder-dever** de verificação, inspeção, exame, **pela própria administração, por outros poderes ou por qualquer cidadão**, quanto à efetiva correção da conduta gerencial de um Poder, órgão ou autoridade, no escopo de garantir atuação conforme os modelos desejados e anteriormente planejados, gerando uma aferição sistemática"¹.

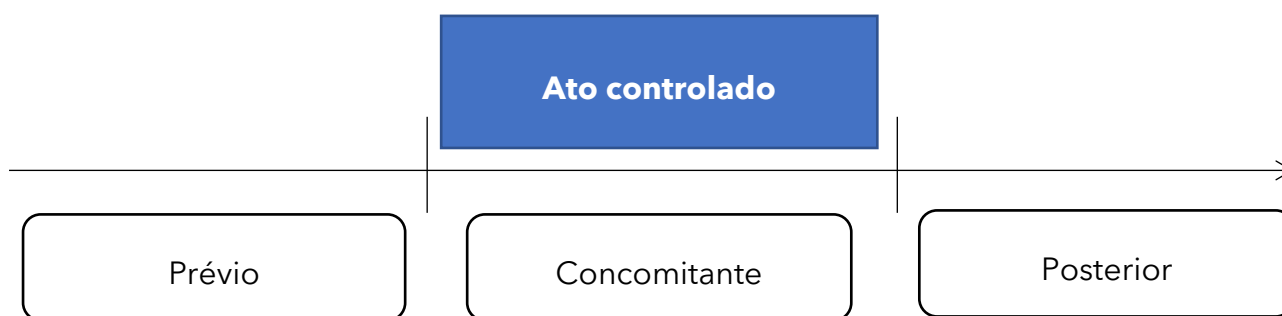
¹ Guerra *apud* Almeida, 2020



Classificações do Controle

Quanto ao momento ou oportunidade

- **Prévio (*a priori*)** - Ocorre antes de a conduta administrativa se efetivar.
 - Possui caráter preventivo, orientador e visa evitar irregularidades.
 - Geralmente se materializa pela exigência de alguma autorização ou algum laudo previamente à prática de um ato.
 - Pode ser realizado por todos os Poderes.
- **Concomitante (*pari passu*)** - Ocorre no momento em que a conduta administrativa está sendo praticada.
 - Também é chamado de sucessivo, simultâneo ou prospectivo.
 - Possui caráter preventivo, coíbe as irregularidades de forma tempestiva.
 - O Tribunal de Contas, por exemplo, o realiza quando faz o acompanhamento da execução de uma obra, ou da gestão financeira de uma entidade ao longo do exercício.
- **Posterior (*a posteriori*)** - Efetuada após a conduta administrativa.
 - Busca corrigir o ato ou mesmo confirmar a sua regularidade.
 - É o tipo de controle mais frequente.
 - São exemplos a apreciação das contas do Presidente da República pelo TCU, a análise da prestação de contas de um Contrato de Gestão e a análise da legalidade de um contrato firmado.



Quanto ao órgão ou à natureza do órgão controlador

- **Controle administrativo** – realizado pela administração pública sobre seus próprios atos.
 - Fundamentado na hierarquia e na autotutela.
 - Envolve aspectos tanto de **legalidade** como de **mérito**.
 - Pode ser exercido de ofício (iniciativa própria) ou por provocação.
- **Controle legislativo** – exercido pelo Poder Legislativo sobre a atuação da administração pública. Pode ser:
 - **Político (controle parlamentar direto)**
 - Exercido diretamente pelas casas do Poder Legislativo.
 - Exemplos:
 - Sustação de atos do Poder Executivo que exorbitem seu Poder Regulamentar.
 - Julgamento das Contas do Chefe do Poder Executivo.
 - Comissões Parlamentares de Inquérito.
 - **Técnico (controle parlamentar indireto)**
 - Exercido pelos Tribunais de Contas.
 - Exemplos:
 - Emissão de parecer prévio sobre as Contas do Chefe do Poder Executivo.
 - Julgamento das contas dos administradores públicos.
 - Controle da execução de contratos administrativos.
- **Controle judicial** – realizado pelo Poder Judiciário sobre a atuação da administração pública.
 - Importante lembrar do princípio da inafastabilidade da tutela jurisdicional:
"CF - Art. 5º XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;"
 - O controle é eminentemente de legalidade e legitimidade e realizado por provocação.



Quanto à natureza ou o aspecto do objeto controlado

- **Controle de legalidade** - Busca verificar a conformidade com a legislação.
 - Pode ser exercido pelos três Poderes.
 - Pode ensejar:
 - Confirmação do ato - quando está em conformidade com o ordenamento jurídico.
 - Anulação do ato - quando está em desconformidade com o ordenamento jurídico. Pode ser feita tanto pelo Poder Judiciário (por provocação) como pela administração (de ofício ou por provocação).
 - Convalidação do ato - se o vício for sanável, é feita a sua correção, mantendo a validade do ato.
 - Ao Poder Judiciário (na sua função típica), cabe apenas anular o ato, não podendo confirmar ou convalidar.
- **Controle de mérito** - Alcança a margem de liberdade do agente público na escolha da sua conduta.
 - Pode ensejar:
 - Confirmação do ato.
 - Alteração do conteúdo do ato.
 - Revogação - desfazimento do ato.
 - É realizado pela própria administração.
 - O controle exercido pelo Poder Judiciário não atinge o mérito.

Nessa classificação, é importante você conhecer a Súmula do STF que trata da autotutela:

SÚMULA 473

"A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque dêles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

Anulação -> ilegalidade.

Revogação -> conveniência e oportunidade.



Quanto à iniciativa

- **De ofício** - realizado por iniciativa própria, independente de solicitação.
 - Ex.: Controle realizado pelo Tribunal de Contas quando seleciona um contrato para análise.
- **Provocado** - realizado a partir de provocação de terceiro.
 - Ex.: Controle Judicial.
- **Compulsório** - realizado a partir de uma determinação legal.
 - Ex.: Emissão de parecer prévio do Tribunal de Contas sobre as contas do Chefe do Poder Executivo.

Quanto à localização do controlador (controle externo e controle interno)

Deixamos esta classificação a parte em nossa análise estatística porque é a mais importante e a mais cobrada em provas para a área de controle.

- **Interno** - realizado por órgão integrante do mesmo Poder que está sendo controlado.
 - Assim como o Poder Executivo, os Poderes Legislativo e Judiciário também podem realizá-lo quando estiverem exercendo o controle dos seus respectivos atos administrativos.
 - Controle interno administrativo - é o exercido pela própria entidade, por meio de controle hierárquico ou recursos administrativos, por exemplo.
 - Controle interno gerencial - é o exercido por órgãos especializados de controle interno na entidade, como a CGU, as Auditorias Gerais e os Sistemas de Controle Interno.
- **Externo** - é realizado pela atuação de um Poder sobre a atuação de outro Poder.
 - Fundamentado no sistema de freios e contrapesos.
 - *Em sentido amplo* - compreende qualquer controle realizado por um Poder sobre o outro.
 - *Em sentido estrito* - é o controle de titularidade do Poder Legislativo, exercido com o auxílio do Tribunal de Contas.
 - Controle político - exercido pelas Casas Legislativas, sobre as decisões do Poder Executivo.
 - Controle técnico - exercido principalmente pelos Tribunais de Contas, sobre os atos de gestão dos recursos públicos.
- **Social** - realizado pela sociedade sobre a atuação da administração pública.



Algumas considerações sobre a relação Controle Externo X Controle Interno:

- Não existe qualquer tipo de hierarquia ou subordinação entre eles.
- O Controle Externo possui maior autonomia do que o Controle Interno.
- Entre as atribuições do Controle Interno, está o auxílio ao Controle Externo.
- Quando os responsáveis pelo Controle Interno tomarem ciência de irregularidades, devem comunicar ao Controle Externo, sob pena de responsabilidade solidária.

Quanto ao âmbito da administração

- Subordinação (ou hierárquico) - órgão superior sobre os seus subordinados.
 - É pleno, abrangendo o mérito e a legalidade.
 - É permanente, pois pode ser exercido a qualquer tempo.
 - É presumido, pois independe de previsão legal.
 - É sempre um controle interno, pois ocorre no âmbito da própria administração.
- Vinculação (ou finalístico) - é realizado sobre os atos praticados por pessoa jurídica diversa.
 - Também conhecido como tutela ou supervisão ministerial.
 - O caso mais comum é o da supervisão dos órgãos da administração direta sobre a administração indireta.
 - Por exemplo, o Ministério da Economia (administração direta) exerce controle finalístico sobre o Banco Central do Brasil (administração indireta).
 - É um controle limitado, dependente de lei.
 - Não há hierarquia entre controlador e controlado, de forma que o controle daquele não prejudica a autonomia deste.

Controle da Administração Direta sobre a Indireta

Aqui há uma polêmica, pois há divergência doutrinária. Alguns autores consideram como controle interno, outros como controle externo.

Nesta etapa de revisão, não vale a pena aprofundar na discussão, mas vale reforçar que:

- O fundamento para dizer que é um controle interno, é que ocorre no âmbito da própria administração pública.
- O fundamento para dizer que é um controle externo, é que se dá pela atuação de uma pessoa jurídica sobre a outra.



- É correta ainda a classificação como **controle interno exterior**.

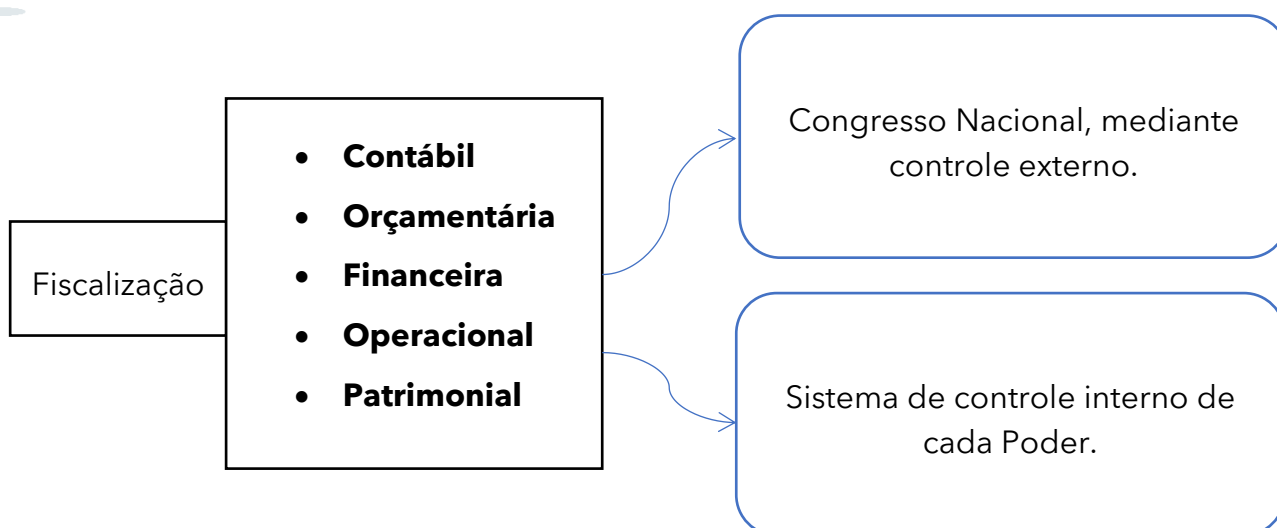
Controle Externo no Brasil

As regras gerais sobre o controle externo no Brasil estão nos artigos 70 a 75 da Constituição Federal.

Nesta aula introdutória, revisaremos três artigos.

"Art. 70. A fiscalização **contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial** da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será **exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder**.

Parágrafo único. Prestará contas **qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre** dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumira obrigações de natureza pecuniária."



"Art. 71. O controle externo, **a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União**, ao qual compete:"



Então, com a leitura do artigo 70 e do caput do artigo 71, podemos concluir que **o titular do controle externo é o Poder Legislativo, e não o Tribunal de Contas.**

O Tribunal de Contas exerce o controle externo em auxílio ao Poder Legislativo.

Ainda assim, **não há qualquer relação de subordinação ou hierarquia entre o Tribunal de Contas e o Poder Legislativo.** Ou seja, o Tribunal possui autonomia para realizar os seus trabalhos.

O artigo 71 traz as competências dos Tribunais de Contas, as quais serão estudadas em uma aula específica. Para esta aula, é válida ainda a leitura do art. 75:

"Art. 75. As normas estabelecidas nesta seção aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios.

Parágrafo único. As Constituições estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por sete Conselheiros."

Ou seja, as regras previstas nos artigos 70 a 75 da Constituição Federal são aplicadas também aos demais Tribunais de Contas existentes no Brasil.

A propósito, o Brasil possui os seguintes Tribunais de Contas:

- Tribunal de Contas da União
- Tribunais de Contas dos Estados
- Tribunal de Contas do Distrito Federal
- Tribunais de Contas dos Municípios
- Tribunal de Contas do Município

Agora, no caso dos estados, o âmbito de atuação depende do fato de haver ou não um Tribunal de Contas dos Municípios.

Tanto o **Tribunal de Contas do Estado** como o **Tribunal de Contas dos Municípios** são **órgãos estaduais**. Nos estados que possuem ambos, o TCE se encarrega dos recursos estaduais e o TCM dos recursos dos diversos municípios.

Atualmente, os únicos estados que possuem Tribunal de Contas dos Municípios são Pará, Goiás e Bahia. Até 2017 o Ceará também possuía.



No caso do Rio de Janeiro e de São Paulo, temos ainda o **Tribunal de Contas do Município**. Nesse caso, o **órgão é municipal**, e atua no âmbito do município. Nesses dois casos, o TCE/RJ e o TCE/SP atuam no âmbito do estado e dos demais municípios, excluindo o município da capital.

Nos demais estados, o Tribunal de Contas do Estado fiscaliza os recursos do estado e dos municípios.

Ainda em relação à extensão da jurisdição do TCU, cabe trazer o entendimento firmado pelo STF no Mandado de Segurança nº 39264/DF, o recorria de decisão do TCU que determinou a suspensão da reintegração do pagamento do Adicional por Tempo de Serviço (ATS) aos magistrados da Justiça Federal que já tinham incorporado a parcela ao seu patrimônio jurídico, o qual havia sido aprovado pelo colegiado do Conselho da Justiça Federal (CFJ) e confirmado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Na análise do caso, foi determinado que não caberia atuação do TCU sobre decisão exarada pelo CNJ em nível nacional, sob a justificativa de que o TCU analisa exclusivamente os atos que dizem respeito à gestão pública federal, sem capacidade nem legitimidade para tomar medidas que possam interferir no exercício da função jurisdicional para além dos órgãos do Poder Judiciário da União e do Ministério Público da União, não tendo, portanto, poderes para sancionar nenhum dos gestores dos Tribunais de Justiça estaduais do país, o que resulta na impossibilidade suas decisões serem de alcance nacional.

Para finalizar, vamos ver as regras específicas para os municípios presentes no artigo 31 da Constituição.

"Art. 31. A fiscalização do Município será **exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo**, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

§ 1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

§ 2º O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, **só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal**.

§ 3º As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

§ 4º É **vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais**."



APOSTA ESTRATÉGICA

A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais¹.

Dentre o que vimos nesta aula, acredito que seja essencial você saber as diferenças entre controle externo e controle interno.

- **Interno** - realizado por órgão integrante do mesmo Poder que está sendo controlado.
 - Assim como o Poder Executivo, os Poderes Legislativo e Judiciário também podem realizá-lo quando estiverem exercendo o controle dos seus respectivos atos administrativos.
- **Externo** - é realizado pela atuação de um Poder sobre a atuação de outro Poder.
 - Fundamentado no sistema de freios e contrapesos.
 - *Em sentido amplo* - compreende qualquer controle realizado por um Poder sobre o outro.
 - *Em sentido estrito* - é o controle de titularidade do Poder Legislativo, exercido com o auxílio do Tribunal de Contas.

Relação Controle Externo X Controle Interno:

- Não existe qualquer tipo de hierarquia ou subordinação entre eles.
- O Controle Externo possui maior autonomia do que o Controle Interno.
- Entre as atribuições do Controle Interno, está o auxílio ao Controle Externo.
- Quando os responsáveis pelo Controle Interno tomarem ciência de irregularidades, devem comunicar ao Controle Externo, sob pena de responsabilidade solidária.

¹ Vale deixar claro que nem sempre será possível realizar uma aposta estratégica para um determinado assunto, considerando que às vezes não é viável identificar os pontos mais prováveis de serem cobrados a partir de critérios objetivos ou minimamente razoáveis.



QUESTÕES ESTRATÉGICAS



Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.

A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.

Classificações de Controle

1. (Vunesp/2023/Prefeitura de Peruíbe/Auditor de Controle Interno)

É exemplo de controle prévio do orçamento público:

- a) decreto com regras para a execução orçamentária dirigidas aos órgãos públicos executores do orçamento público.
- b) a tomada de contas especial.
- c) a audiência pública de prestação de contas quadrimestral ao Poder Legislativo a respeito das metas de resultado fiscal.
- d) o parecer do Tribunal de Contas sobre as contas do Chefe do Poder Executivo.
- e) o relatório de gestão.

Comentários

A única alternativa que traz um exemplo de controle prévio é a letra A, pois sendo o decreto anterior à execução orçamentária, ele é um controle prévio. As demais alternativas trazem atos de controle realizados após a execução, sendo, portanto, exemplos de controle posterior.

Gabarito: A



2. (Vunesp/2023/Prefeitura de Pindamonhangaba/Auditor Público)

Com relação aos controles interno e externo, é correto afirmar que

- a) a fiscalização dos municípios será exercida pelos Tribunais de Contas Estaduais com o auxílio do Poder Legislativo Municipal, mediante controle interno, e pelos sistemas de controle externo do Poder Executivo Municipal.
- b) as contas dos Municípios ficarão à disposição de qualquer cidadão, durante trinta dias, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legalidade, veracidade e legitimidade.
- c) o controle a posteriori deve ocorrer ainda antes da prática do ato administrativo com vistas a evitar que produza efeitos jurídicos que podem se tornar irreversíveis.
- d) o Poder Judiciário, no papel de órgão de controle externo, realiza controle prévio, a fim de avaliar a conveniência e oportunidade dos atos praticados pela Administração Pública.
- e) cabe ao sistema de controle interno federal avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos.

Comentários

Letra A - **errada**. Vejamos o que dizem os *caputs* dos artigos 70 e 71 da Constituição Federal:

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será **exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.**

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o **auxílio do Tribunal de Contas da União**, ao qual compete:

Portanto, o correto seria:

“A fiscalização dos municípios será exercida pelo Poder Legislativo Municipal com o auxílio dos Tribunais de Contas Estaduais, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno de cada Poder”.

Letra B - **errada**. O prazo é de sessenta dias, conforme Constituição Federal:

Art. 31, § 3º As contas dos Municípios ficarão, durante **sessenta dias**, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

Letra C - **errada**. É o controle prévio que ocorre antes da prática do ato. O controle a posteriori ocorre depois.

Letra D - **errada**. O Poder Judiciário não realiza controle de mérito, mas sim controle de legalidade.



Letra E - **certa**. Conforme Constituição Federal:

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

Gabarito: E

3. (Vunesp/2023/Prefeitura de Pindamonhangaba/Controlador)

O controle externo no Brasil é exercido pelo Poder Legislativo com auxílio do Tribunal de Contas competente, conforme a esfera da Federação. A este respeito, é correto afirmar que

- a) o Tribunal de Contas da União não exerce nenhum tipo de competência sobre atos executados por outros entes da União que não o governo federal.
- b) os conselhos profissionais, por serem considerados autarquias, de maneira geral, não se submetem à competência dos tribunais de contas.
- c) os tribunais de contas exercem fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e também patrimonial.
- d) os tribunais de contas não possuem funções consultivas, mas apenas repressivas, não lhes cabendo, portanto, atuar de forma preventiva.
- e) as decisões dos tribunais de contas no Brasil não estão sujeitas à revisão pelo Poder Judiciário, tornando-se definitivas após análise do seu plenário.

Comentários

Letra A - **errada**. O TCU também exerce o controle sobre os demais entes, quando, por exemplo, recebem repasses da União para execução descentralizada de programas de governo.

Letra B - **errada**. Ao contrário, por serem considerados autarquias, em regra, os conselhos profissionais se submetem às competências dos tribunais de contas.

Letra C - **certa**. De acordo com a Constituição Federal:

Art. 70. A fiscalização **contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial** da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será **exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo**, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Como os tribunais de contas realizam o controle externo em auxílio ao Poder Legislativo, podemos concluir que eles exercem a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.



Letra D - **errada**. Os tribunais de contas têm funções consultivas e atuam também de forma preventiva.

Letra E - **errada**. As decisões dos tribunais de contas fazem coisa julgada administrativa, contudo, estão sujeitas à revisão do Poder Judiciário no que tange aos aspectos de legalidade, pois, conforme a Constituição Federal, “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”.

Gabarito: C

4. (Vunesp/2024/Porto de Santos/Especialista Portuário)

Sobre os controles da Administração Pública, é correto afirmar que o controle

- a) administrativo permite anular seus próprios atos quando inconvenientes ou inoportunos ou revogá-los quando ilegais.
- b) legislativo envolve os controles político e financeiro.
- c) externo possui como titulares os tribunais de contas, que são auxiliados pelo poder legislativo de cada ente federativo.
- d) social pode ocorrer por meio de consultas e audiências públicas, apenas.
- e) judicial é responsável por controlar, além da legalidade, a conveniência e a oportunidade de um ato administrativo, como regra.

Comentários

Letra A - **errada**. É o inverso. A autotutela permite à administração revogar sobes próprios atos quando inconvenientes ou inoportunos ou anulá-los quando ilegais.

Letra B - **certa**. O controle político é o controle parlamentar direto, exercido pelas casas do Poder Legislativo. O controle financeiro está incluído tanto no controle das próprias casas legislativas quando aprova o orçamento quanto no controle técnico realizado pelos tribunais de contas.

Letra C - **errada**. Também é o inverso. O controle externo tem como titular o poder legislativo de cada ente federativo, que o exerce com o auxílio dos tribunais de contas.

Letra D - **errada**. Consultas e audiências públicas são apenas algumas das diversas formas de controle social.

Letra E - **errada**. Como regra, o controle judicial não alcança a conveniência e a oportunidade do ato administrativo.

Gabarito: B

5. (Vunesp/2022/ALESP/Técnico Legislativo)

Segundo a doutrina pátria, o controle da administração é o conjunto de mecanismos jurídicos e administrativos para a fiscalização e revisão da atividade administrativa. Sobre a matéria, é correto afirmar que



- a) o Poder Judiciário manterá, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- b) os responsáveis pelo controle interno no âmbito do Poder Executivo, ao tomarem conhecimento de qualquer ilegalidade, dela darão ciência ao chefe do Poder Legislativo, sob pena de responsabilidade solidária.
- c) a autotutela exercida pela Administração, por meio da anulação de atos ilegais ou da revogação de atos inconvenientes ou inoportunos, constitui mecanismo de controle administrativo, mas não de controle interno.
- d) o controle financeiro exercido pelas casas Legislativas de maneira direta ou indireta não representa controle da atividade administrativa.
- e) ao Poder Judiciário cabe o controle de legitimidade de atos administrativos, exercido, em regra, mediante provocação.

Comentários

Letra A - **certa**. Assim como os demais Poderes, também cabe ao Poder Judiciário manter sistema de controle interno, conforme a Constituição Federal:

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

(...)

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Letra B - **errada**. Devem dar ciência ao Tribunal de Contas, não ao chefe do Poder Legislativo.

Art. 74, § 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

Letra C - **errada**. A autotutela constitui também um mecanismo de controle interno.

Letra D - **errada**. O controle financeiro também representa um controle da atividade administrativa.

Letra E - **errada**. De fato, o controle pelo Poder Judiciário abrange tanto a legalidade como a legitimidade. Acredito que nesse item o erro consista no "em regra", pois o Poder Judiciário não deve agir de ofício, mas sempre mediante provocação.

Gabarito: A

6. (Vunesp/2023/Prefeitura de Peruíbe/Auditor de Controle Interno)

É exemplo de controle judicial da administração pública:

- a) a ação de improbidade administrativa, cuja proposição pode ser feita pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelo Tribunal de Contas respectivo.



- b) a prerrogativa dos Tribunais de Contas de sustação de atos administrativos eivados de irregularidade grave.
- c) a ação popular, movida por qualquer cidadão, para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio de entidade pública.
- d) a prerrogativa dos Tribunais de Contas de sustação de contratos administrativos eivados de irregularidade grave.
- e) o parecer prévio dado pelo Tribunal de Contas às contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ao Poder Legislativo.

Comentários

O enunciado pede um exemplo de controle judicial da administração pública, portanto, já podemos eliminar as alternativas B, D e E, pois os tribunais de contas não exercem o controle judicial.

A alternativa A, por sua vez, está errada porque cabe ao Ministério Público a legitimação ativa para propositura da ação de improbidade administrativa, não cabendo à Defensoria Pública e ao Tribunal de Contas essa atribuição.

Por fim, a letra C traz corretamente um exemplo de controle judicial, sendo o gabarito da questão.

Gabarito: C

7. (Vunesp/2023/Empresa Paraibana de Comunicação/Assistente)

É exemplo de controle judicial da Administração Pública:

- a) o processo de tomada de contas especial junto ao tribunal de contas.
- b) a deliberação sobre a prestação de contas anual do Chefe do Poder Executivo.
- c) a sustação de contrato administrativo pelo Poder Legislativo.
- d) a sustação de ato administrativo pelo tribunal de contas.
- e) a decisão tomada em sede de ação popular.

Comentários

A alternativa que traz um exemplo de controle judicial da Administração Pública é a letra E, pois ação popular é uma ação que tramita no Poder Judiciário, sendo, portanto, o gabarito da questão.

Quanto às demais alternativas, as letras A, B e D trazem atribuições dos tribunais de contas, não sendo, portanto, exemplo de controle judicial. A sustação de contrato pelo Poder Legislativo também é um exemplo de controle externo de âmbito administrativo, não sendo, portanto, um exemplo de controle judicial.

Gabarito: E



8. (Vunesp/2018/Prefeitura de São Bernardo do Campo/Assistente Jurídico)

É correto afirmar, no que concerne ao controle do Tribunal de Contas, que

- a) a função desempenhada pelo Tribunal de Contas é técnica, administrativa e jurisdicional.
- b) a fiscalização do Tribunal de Contas não se restringe ao “controle financeiro”, sendo, entretanto, vedada a fiscalização contábil e orçamentária da Administração Pública indireta.
- c) na fiscalização pelo Tribunal de Contas, o controle pode tanger a: legalidade, legitimidade, economicidade e aplicação de subvenções e renúncia de receitas.
- d) a fiscalização do Tribunal de Contas não se restringe ao “controle financeiro”, sendo, entretanto, vedada a fiscalização contábil e orçamentária, das pessoas físicas que administrem bens e valores públicos.
- e) o Tribunal de Contas integra a estrutura do Poder Judiciário, auxiliando o Poder Legislativo, possuindo total autonomia.

Comentários

Letra A - **errada**. O controle exercido pelo Tribunal de Contas não tem função jurisdicional, mas apenas técnica e administrativa. Não confunda, o fato de julgar as contas dos administradores não lhe confere função jurisdicional.

Letra B - **errada**. O Tribunal de Contas realiza a fiscalização contábil e orçamentária tanto da Administração Direta como da Administração Indireta.

Letra C - **certa**. Todos os itens citados no enunciado fazem parte do âmbito de controle do Tribunal de Contas.

Letra D - **errada**. As pessoas físicas que administrem bens e valores públicos estão sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas.

Letra E - **errada**. O Tribunal de Contas não integra a estrutura do Poder Judiciário.

Gabarito: C

9. (Vunesp/2019/CM Serrana/Procurador Jurídico)

Acerca do controle pelo Tribunal de Contas, assinale a alternativa correta.

- a) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle interno, e pelo sistema de controle externo de cada Poder.
- b) O controle interno, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete, dentre outras atribuições constitucionais,



apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em noventa dias a contar de seu recebimento.

c) O Tribunal de Contas da União, integrado por onze Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional.

d) Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros que possuam mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, idoneidade moral e reputação ilibada, notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública e mais de cinco anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos ora mencionados.

e) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder

Comentários

Letra A - **errada**. É pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder, conforme Constituição Federal:

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida **pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder**.

Letra B - **errada**. O enunciado trata do controle externo e parecer prévio deve ser elaborado em 60 dias a contar do seu recebimento.

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

Letra C - **errada**. O TCU é integrado por 9 Ministros.

Letra D - **errada**. Devem possuir mais de dez anos de exercício na função que exija os conhecimentos mencionados.

Letra E - **certa**. Conforme comentário da alternativa A.

Gabarito: E



10.(Vunesp/2019/DAEM/Procurador Jurídico)

Ao disciplinar sobre a função fiscalizatória exercida pelo Poder legislativo e pelo Tribunal de Contas, a CF/88 estabelece que a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. Assim, é correto afirmar que

- a) o controle interno da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município.
- b) o controle interno da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.
- c) o parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão da maioria simples dos membros da Câmara Municipal.
- d) as contas dos Municípios ficarão, durante 90 (noventa) dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.
- e) é vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

Comentários

Vamos responder esta questão a partir do artigo 31 da Constituição Federal, tecendo os respectivos comentários.

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

§ 1º O **controle externo** da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver. **Percebemos aqui que as letras A e B estão erradas, pois é o controle externo da Câmara que será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas estaduais ou municipais.**

§ 2º O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, **só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.** **Concluimos que a letra C erra no quórum, pois é de 2/3 para deixar de prevalecer, e não maioria simples.**

§ 3º As contas dos Municípios ficarão, **durante sessenta dias**, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei. **Com isso verificamos que a letra D está errada, pois o prazo é de 60 dias, não de 90.**

§ 4º É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais. Exatamente como diz a letra E, que é o gabarito da questão.



Gabarito: E

11. (Vunesp/2018/IPSM SJC/Analista - Contabilidade)

Considerando-se que os objetivos do Controle Interno na área pública estão capitulados no artigo 74 da Constituição Federal em vigor, que menciona que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno, assinale a alternativa correta na apresentação de algumas de suas finalidades.

- a) Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União; mas, não a de avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária.
- b) Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- c) Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, mas não comprovar a legalidade e avaliar os resultados da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- d) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União e gerar demonstrações contábeis que representam o correto valor do patrimônio público.
- e) Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional e assegurar decisões e o cumprimento de medidas que gerem superávit orçamentário.

Comentários

Novamente, vamos analisar as alternativas a partir do texto da Constituição Federal.

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; Exatamente como afirma o enunciado da letra B, que, portanto, é o gabarito da questão.

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.



§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

Identificando os erros das demais alternativas:

a) Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União; ~~mas, não a de avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária.~~

c) Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, ~~mas não comprovar a legalidade e avaliar os resultados da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.~~

d) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União ~~e gerar demonstrações contábeis que representam o correto valor do patrimônio público.~~

e) Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional ~~e assegurar decisões e o cumprimento de medidas que gerem superavit orçamentário.~~

Gabarito: B

12.(Vunesp/2015/Prefeitura de Arujá/Executor Orçamentário)

A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das entidades da administração direta e indireta é exercida pelo controle externo, com o auxílio do(a)

- a) Ministério Público, que julga as contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo.
- b) Corregedoria Geral da Administração, que julga as contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo.
- c) Ministério Público que aprecia as contas prestadas pelo Poder Executivo.
- d) Tribunal de Contas, que aprecia as contas prestadas pelo Poder Executivo.
- e) Tribunal de Contas, que julga as contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Comentários

Como vimos anteriormente, a Constituição Federal afirma que:

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será **exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:**

I - **apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República**, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;



A regra prevista na Constituição Federal é estendida para os demais entes federativos. Para acertar uma questão como esta, você deve saber que:

- O controle externo está a cargo do Poder Legislativo;
- é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas;
- o Tribunal de Contas não julga as contas do chefe do Poder Executivo, mas as aprecia mediante parecer prévio.

Gabarito: D

13.(Vunesp/2018/Prefeitura de Registro/Advogado)

Quanto à posição que os Tribunais de Contas ostentam na estrutura constitucional brasileira, assinale a alternativa correta.

- a) Estão subordinados hierarquicamente ao Poder Legislativo, de que são órgãos delegatários e organismos de mero assessoramento técnico.
- b) Estão subordinados hierarquicamente ao Poder Judiciário, de que são órgãos delegatários e organismos de mero assessoramento técnico.
- c) Estão subordinados hierarquicamente ao Poder Executivo, de que são órgãos delegatários e organismos de mero assessoramento técnico.
- d) A competência institucional dos Tribunais de Contas não deriva de delegação dos órgãos do Poder Legislativo, mas traduz emanação que resulta, primariamente, da própria Constituição da República.
- e) Como titulares do controle externo, os Tribunais de Contas não possuem qualquer vínculo administrativo ou funcional com os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Comentários

Primeiramente, os Tribunais de Contas não subordinados hierarquicamente a nenhum Poder. Com isso, já eliminamos as alternativas A, B e C.

Quanto à alternativa E, está errada pois o Poder Legislativo é o titular do controle externo.

Por fim, a alternativa D é a correta, pois as competências dos Tribunais de Contas derivam da Constituição Federal, que lhes confere poderes para o exercício de suas funções, de forma que eles possuem autonomia e não dependem de delegação do Poder Legislativo. Cabe destacar ainda que temos uma jurisprudência do STF que afirma isso:

(ADI 4190 MC - REF/RJ) "A POSIÇÃO CONSTITUCIONAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS - ÓRGÃOS INVESTIDOS DE AUTONOMIA JURÍDICA - INEXISTÊNCIA DE QUALQUER VÍNCULO DE SUBORDINAÇÃO INSTITUCIONAL AO PODER LEGISLATIVO - ATRIBUIÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS QUE TRADUZEM DIRETA EMANAÇÃO DA PRÓPRIA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. - Os Tribunais de Contas ostentam posição eminente na estrutura constitucional brasileira, não se achando subordinados, por qualquer vínculo de ordem hierárquica, ao Poder Legislativo, de que não são órgãos delegatários nem organismos de mero assessoramento



técnico. **A competência institucional dos Tribunais de Contas não deriva, por isso mesmo, de delegação dos órgãos do Poder Legislativo, mas traduz emanação que resulta, primariamente, da própria Constituição da República.**"

Gabarito: D

14.(Vunesp/2014/TJ-PA/Analista Judiciário - Ciências Contábeis)

Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União; comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União; e apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, são atividades a serem exercidas pelos três poderes, suportadas por

- a) um sistema de controles internos.
- b) relatórios gerenciais.
- c) sistemas ERP.
- d) um sistema de informações gerenciais.
- e) informações sistêmicas.

Comentários

Todas as atribuições previstas no enunciado dizem respeito ao sistema de controle interno, previsto no artigo 74 da Constituição Federal e, portanto, o gabarito é a letra A.

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, **sistema de controle interno** com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Gabarito: A



15.(Vunesp/2013/MPE ES/Agente Técnico - Contador)

Na fase de acompanhamento e avaliação da execução orçamentária, entende-se que o controle será mais eficiente se for realizado a priori. Nesta fase, segundo a legislação em vigor, o controle será interno, quando executado por agentes do próprio órgão, ou externo, quando realizado pelo poder Legislativo, auxiliado tecnicamente pelo

- a) conselho federal de contabilidade.
- b) conselho regional de contabilidade.
- c) órgão próprio da Secretaria do Planejamento.
- d) tribunal de alçada das finanças.
- e) tribunal de contas

Comentários

Já está ficando fácil, não? Como você viu no roteiro de revisão e em comentários de outras questões, o Poder Legislativo está a cargo do controle externo, exercendo-o com auxílio do Tribunal de Contas. Com isso, a alternativa correta é a letra E.

Gabarito: E

16.(Vunesp/2013/Câmara Municipal de Bragança Paulista/Procurador Jurídico)

Quanto ao controle dos atos da administração pública exercido pelo Tribunal de Contas, assinale a alternativa correta.

- a) Trata-se de controle interno, pois o Tribunal de Contas não é titular de competência para produzir normas jurídicas autônomas.
- b) O julgamento pelo Tribunal de Contas segue os princípios jurisdicionais, mas é passível de revisão pelo Judiciário.
- c) O Tribunal de Contas não dispõe do poder de estabelecer prazo para a autoridade corrigir defeitos de ilegalidade, que compete ao Judiciário.
- d) O Tribunal de Contas dispõe de competência jurisdicional em sua atividade de julgar as contas públicas.
- e) As sociedades de economia mista, em razão da natureza de sua constituição, não estão sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas.

Comentários

Letra A - **errada**. O Tribunal de Contas exerce o controle externo.

Letra B - **certa**. Realmente o Tribunal de Contas julga contas de administradores, todavia, no Brasil não temos a figura da "coisa julgada administrativa", e pelo princípio da inafastabilidade da jurisdição, as decisões do Tribunal de Contas podem ser revistas pelo Poder Judiciário sobre os aspectos de legalidade e legitimidade.



Letra C - **errada**. Uma das competências conferidas ao Tribunal de Contas pela Constituição Federal é assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.

Letra D - **errada**. Ainda que o Tribunal de Contas possa julgar as contas dos administradores, tal decisão possui caráter técnico e administrativo, visto que os TCs não são órgãos jurisdicionais.

Letra E - **errada**. As sociedades de economia mista, assim como as demais entidades da administração indireta, estão sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas.

Gabarito: B

17. (Vunesp/2019/Câmara Municipal de Sertãozinho/Contador)

Com sua sede na cidade de São Paulo, mas com jurisdição em todo território Paulista, o Órgão destinado à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado é

- a) a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.
- b) o Tribunal de Contas da União com jurisdição em São Paulo.
- c) o Tribunal de Alçadas e de Controladoria do Estado.
- d) o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- e) o Tribunal de Contas e Controles Internos da União, com jurisdição estadual.

Comentários

No Estado de São Paulo, temos o TCE/SP, que possui jurisdição em todo território do Estado e é destinado à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e dos Municípios, com exceção da capital, na qual o TCM/SP é responsável por essa fiscalização. Portanto, a alternativa correta é a letra D.

Gabarito: D

18. (Vunesp/2019/Prefeitura de Campinas/Auditor Fiscal Tributário)

Quanto ao Município de Campinas e o controle pelos Tribunais de Contas, assinale a alternativa correta.

- a) O controle interno é exercido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e o controle externo é exercido pelo Tribunal de Contas do Município.
- b) Na inexistência de Tribunal de Contas do Município, a Constituição Federal atribuiu competência ao Tribunal de Contas do Estado para fiscalização financeira do município.
- c) Ao Tribunal de Contas do Município de Campinas é atribuída competência para fiscalização financeira do município.



- d) O controle externo é exercido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e o controle interno é exercido pelo Tribunal de Contas do Município.
- e) Enquanto não for criado o Tribunal de Contas próprio do Município de Campinas, o Tribunal de Contas do Estado fará o controle.

Comentários

Letra A - **errada**. O TCE/SP realiza o controle externo dos municípios paulistas, com exceção da capital, na qual o TCM/SP realiza o controle externo.

Letra B - **certa**, conforme prevê a Constituição Federal:

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

§ 1º O controle externo da Câmara Municipal **será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.**

Como a CF diz que o controle será feito com o auxílio do TCM onde houver, compreende-se que na inexistência de TCM, a competência é do TCE.

Letra C - **errada**. Não existe Tribunal de Contas de Campinas. Há apenas dois Tribunais de Contas municipais no Brasil: TCM/SP e TCM/RJ, sendo proibida a criação de novos.

Letra D - **errada**. Realmente é o TCE/SP quem realiza o controle externo de Campinas, todavia, o controle interno é exercido no âmbito da própria Prefeitura, e não por Tribunal de Contas do Município, o qual nem mesmo existe em Campinas.

Letra E - **errada**. O TCE é realmente quem fará o controle, todavia, o item erra ao dizer "enquanto não for criado" pois, por força constitucional, não haverá essa criação.

Gabarito: B

19.(Vunesp/2015/Prefeitura de São Paulo/Auditor de Controle Interno)

No tocante ao controle das atividades da Administração Pública realizado pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP), é correto afirmar que se trata de

- a) controle externo, realizado por órgão integrante do Poder Legislativo, competindo ao TCMSP a fiscalização e o controle da receita e da despesa do Município de São Paulo.
- b) controle interno, realizado por órgão integrante do Poder Judiciário, competindo ao TCMSP a fiscalização e o controle da receita e da despesa do Município de São Paulo.
- c) controle externo, realizado por órgão independente e autônomo que pertence à estrutura da esfera municipal, competindo ao TCMSP a fiscalização e o controle da receita e da despesa do Município de São Paulo.



d) controle externo, realizado por órgão integrante do Poder Judiciário, competindo ao TCMSP a fiscalização e o controle da receita e da despesa do Município de São Paulo.

e) controle interno, realizado por órgão independente e autônomo, que pertence à estrutura da esfera municipal, competindo ao TCMSP a fiscalização somente das despesas do Município de São Paulo.

Comentários

Letra A - **errada**. Ainda que os TCs estejam ligados à estrutura do Poder Legislativo para alguns fins e o auxiliem no exercício do controle externo, eles são órgãos independentes e autônomos.

Letra B - **errada**. O controle é externo e os Tribunais de Contas não integram o Judiciário.

Letra C - **certa**. Realmente os TCs realizam o controle externo e são órgãos independentes e autônomos.

Letra D - **errada**. Os Tribunais de Contas não integram o Judiciário.

Letra E - **errada**. Trata-se de controle externo.

Gabarito: C

Regras constitucionais sobre controle externo

20. (Vunesp/2023/Empresa Paraibana de Comunicação/Assistente)

A respeito do controle e da fiscalização contábil, financeira e orçamentária no Brasil, é correto afirmar que

a) controle interno é aquele exercido apenas no âmbito do Poder Executivo, tendo por objeto os programas de governo.

b) as empresas estatais não estão sujeitas ao controle exercido pelos tribunais de contas, em razão da sua natureza jurídica de direito privado.

c) o controle externo é exercido também pelo Poder Legislativo, com o auxílio dos respectivos tribunais de contas, conforme se trate da União, dos Estados e Distrito Federal ou Municípios.

d) as empresas privadas não estão sujeitas ao sistema de controle interno e externo da Administração Pública, ainda que recebam desta subvenções ou benefícios de natureza fiscal.

e) os tribunais de contas são órgãos integrantes do Sistema Nacional de Justiça, insertos no Poder Judiciário.

Comentários

Letra A - **errada**. O controle interno é exercido no âmbito de todos os Poderes.



Letra B - **errada**. Independente de sua natureza jurídica de direito privado, as empresas estatais estão sujeitas ao controle exercido pelos tribunais de contas.

Letra C - **certa**. Em conformidade com a Constituição Federal:

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

Letra D - **errada**. Se receberem subvenções da Administração Pública, elas estarão sujeitas ao controle tanto interno como externo.

Letra E - **errada**. Os tribunais de contas não fazem parte do Poder Judiciário.

Gabarito: C

21.(Vunesp/2024/Prefeitura de São Bernardo do Campo/Analista de Controladoria)

Sobre os controles interno e externo dos entes municipais brasileiros, é correto afirmar que

- a) é vedada a criação de órgãos de controle municipais, desde a Constituição de 1988.
- b) o controle externo do Poder Executivo municipal fica a cargo dos Tribunais de Contas estaduais ou municipais (onde houver), os quais têm as Câmaras Municipais como órgãos auxiliares.
- c) os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário municipais mantêm, de forma integrada, sistema de controle externo.
- d) as contas dos Municípios ficam ao longo do ano à disposição das entidades da sociedade civil para que elas possam examiná-las e apreciá-las, cabendo-lhes questionar a legitimidade das contas mediante requisição que conte com a adesão de um por cento dos munícipes.
- e) o parecer prévio emitido por órgão competente sobre as contas anualmente prestadas pelo Prefeito deixa de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Comentários

Letra A - **errada**. Vejamos o que diz a Constituição Federal:

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

(...)

§ 4º **É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.**



Observe que o que é vedado é a criação de novos Tribunais de Contas municipais, mas não órgãos de controle como um todo. Nada impede, por exemplo, que o Município crie um órgão de controle interno, como uma Controladoria Geral do Município.

Letra B - **errada**. Ao contrário. O controle externo fica a cargo das Câmaras Municipais, as quais têm os Tribunais de Contas Estaduais e Municipais (onde houver) como órgãos auxiliares.

Letra C - **errada**. A Constituição Federal determina que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário municipais devem manter, de forma integrada, **sistema de controle interno**.

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

Letra D - **errada**. O prazo é de 60 dias e não há essa necessidade de quantitativo de municípios.

Art. 31, § 3º As contas dos Municípios ficarão, durante **sessenta dias**, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

Letra E - **certa**. Conforme Constituição Federal:

Art. 31, § 2º O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Gabarito: E

22. (Vunesp/2022/DAE Bauru/Administrador)

É correto afirmar, a respeito do sistema de controle da administração pública no Brasil, que

- a) o controle interno corresponde àquele existente apenas no âmbito do Poder Executivo.
- b) a competência dos tribunais de contas alcança as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
- c) o controle interno é exercido pelo Congresso Nacional com auxílio do Tribunal de Contas.
- d) as empresas privadas não estão sujeitas ao controle externo ainda que recebam recursos públicos.

Comentários

Letra A - **errada**. O controle interno existe no âmbito de cada Poder.

Letra B - **certa**. As empresas públicas e as sociedades de economia mista, como integrantes da Administração Indireta, também se sujeitam ao controle dos tribunais de contas.

Letra C - **errada**. É o controle externo que é exercido pelo Congresso Nacional com auxílio do Tribunal de Contas.



Letra D - **errada**. Se receberem recursos públicos, as empresas privadas estarão sujeitas ao controle externo.

Gabarito: B

23.(Vunesp/2022/Peruíbeprev/Analista Previdenciário)

No tocante ao controle da Administração Pública, julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo, é uma competência exclusiva

- a) do Tribunal de Contas da União.
- b) do Supremo Tribunal Federal.
- c) da Câmara dos Deputados.
- d) do Congresso Nacional.
- e) do Senado Federal.

Comentários

Trata-se de uma competência do Congresso Nacional, assim prevista na Constituição Federal:

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

(...)

IX - julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

Gabarito: D

24.(Vunesp/2024/Mogi das Cruzes/Procurador Jurídico)

A respeito do controle interno e externo, considerando as disposições constitucionais, assinale a alternativa correta.

- a) As Constituições estaduais e as leis orgânicas dos municípios disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão compostos por sete Conselheiros.
- b) Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- c) Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao respectivo Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade solidária.
- d) Admite-se a criação de tribunais ou conselhos de contas em municípios com mais de 200 mil habitantes.
- e) O controle interno do Poder Executivo pode ser exercido com apoio técnico do respectivo tribunal de contas.



Comentários

Vamos resolver as alternativas em conjunto com a literalidade da Constituição Federal.

Letra A - **errada**. A regra aplica-se apenas às Constituições Estaduais.

Art. 75. As normas estabelecidas nesta seção aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios.

Parágrafo único. **As Constituições estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por sete Conselheiros.**

O Tribunal de Contas do Município de São Paulo, por exemplo, é composto por cinco Conselheiros.

Letra B - **errada**. A equiparação é com os Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

Art. 73, § 3º Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do **Superior Tribunal de Justiça**, aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria e pensão, as normas constantes do art. 40.

Letra C - **certa**.

Art. 74, § 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

Letra D - **errada**. É vedada a criação de novos tribunais de contas municipais.

Art. 31, § 4º É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

Letra E - **errada**. Uma das missões do controle interno é apoiar o controle externo no exercício de sua atribuição. Não há previsão de o controle interno ser exercido com apoio técnico do respectivo Tribunal de Contas.

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

(...)

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Gabarito: C

25.(Vunesp/2019/CM Sertãozinho/Procurador Jurídico)

O Tribunal de Contas da União tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional, sendo integrado por



- a) nove Ministros, nomeados dentre brasileiros com mais de 35 e menos de 60 anos de idade, e as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- b) nove Ministros, nomeados dentre brasileiros com mais de 35 e menos de 65 anos de idade; e as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.
- c) onze Ministros, nomeados dentre brasileiros com mais de 35 e menos de 65 anos de idade; e as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.
- d) onze Ministros, nomeados dentre brasileiros com mais de 30 e menos de 65 anos de idade; e as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.
- e) treze Ministros, nomeados dentre brasileiros com mais de 30 e menos de 65 anos de idade; e as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Comentários

Vamos identificar os erros diretamente nas alternativas:

- a) nove Ministros, nomeados dentre brasileiros com mais de 35 e menos de ~~60 anos de idade~~ 65 anos de idade, e as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do ~~Supremo Tribunal Federal~~ Superior Tribunal de Justiça.
- b) nove Ministros, nomeados dentre brasileiros com mais de 35 e menos de 65 anos de idade; e as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça. Certa! Gabarito da questão.
- c) ~~onze nove~~ onze Ministros, nomeados dentre brasileiros com mais de 35 e menos de 65 anos de idade; e as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.
- d) ~~onze nove~~ onze Ministros, nomeados dentre brasileiros com mais de ~~30~~ 35 e menos de 65 anos de idade; e as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.
- e) ~~treze nove~~ treze Ministros, nomeados dentre brasileiros com mais de ~~30~~ 35 e menos de 65 anos de idade; e as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do ~~Supremo Tribunal Federal~~ Superior Tribunal de Justiça.

Na época desta prova o limite era 65 anos de idade. Contudo, a Emenda Constitucional nº 122/2022 aumentou o limite de idade para 70 anos.

Art. 73, § 1º Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:



I - mais de trinta e cinco e menos de **setenta anos de idade**;

Gabarito: B



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma autoexplicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?

Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:

Perguntas

- 1) Em qual momento pode ser realizado o controle externo sobre os atos da administração indireta?**
- 2) O controle judicial pode ser realizado de ofício?**
- 3) A respeito do controle legislativo, quem exerce o controle político e quem exerce o controle técnico?**
- 4) O controle administrativo abrange a autotutela da administração em relação aos seus atos. Em quais situações a administração anula os seus atos e em quais revoga?**



- 5) **Qual a diferença entre o controle de legalidade e o controle de mérito?**
- 6) **O Poder Judiciário exerce controle de mérito?**
- 7) **Qual a diferença básica entre o controle externo e o controle interno?**
- 8) **A CF estabelece alguma relação entre o controle externo e o controle interno? Há hierarquia entre eles?**
- 9) **De acordo com a CF, quem exerce a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas?**
- 10) **Quem é o titular do controle externo no âmbito da União e quem o auxilia na execução?**
- 11) **O Tribunal de Contas é subordinado ao Poder Legislativo?**
- 12) **É possível a criação de novos tribunais de contas municipais?**
- 13) **Qual o quórum para deixar de prevalecer decisão do Tribunal de Contas em parecer prévio no âmbito municipal?**
- 14) **Em âmbito estadual, há alguma exigência de quórum para deixar de prevalecer a decisão do Tribunal de Contas em parecer prévio?**
- 15) **Os Tribunais de Contas dos Municípios são órgãos estaduais ou municipais?**



Perguntas com respostas

- 1) Em qual momento pode ser realizado o controle externo sobre os atos da administração indireta?**

O controle externo pode ser prévio, concomitante ou posterior.
- 2) O controle judicial pode ser realizado de ofício?**

Não. Pode ser realizado somente por provocação.
- 3) A respeito do controle legislativo, quem exerce o controle político e quem exerce o controle técnico?**

O controle político é realizado diretamente pelas Casas Legislativas, e o controle técnico é realizado pelos Tribunais de Contas.
- 4) O controle administrativo abrange a autotutela da administração em relação aos seus atos. Em quais situações a administração anula os seus atos e em quais revoga?**

A anulação é feita quando o ato está eivado de vícios que os tornem ilegais. A revogação ocorre por motivo de conveniência e oportunidade.
- 5) Qual a diferença entre o controle de legalidade e o controle de mérito?**

O controle de legalidade diz respeito à elaboração do ato em conformidade com as previsões legais, enquanto o controle de mérito analisa aspectos de conveniência e oportunidade em relação a elaboração do ato.
- 6) O Poder Judiciário exerce controle de mérito?**

Não.
- 7) Qual a diferença básica entre o controle externo e o controle interno?**

O controle interno é exercido por órgão especializado, pertencente à mesma estrutura da unidade controlada, enquanto o controle externo é exercido por um ente que não integra a mesma estrutura organizacional do órgão fiscalizado.
- 8) A CF estabelece alguma relação entre o controle externo e o controle interno? Há hierarquia entre eles?**

Estabelece entre as finalidades do controle interno apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional. Todavia, não há relação hierárquica entre eles.
- 9) De acordo com a CF, quem exerce a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas?**



Congresso Nacional, mediante controle externo, e o sistema de controle interno de cada Poder.

10) Quem é o titular do controle externo no âmbito da União e quem o auxilia na execução?

O controle externo está a cargo do Congresso Nacional e é exercido com o auxílio do TCU. A regra é simétrica para os demais entes federativos.

11) O Tribunal de Contas é subordinado ao Poder Legislativo?

Não. Em que pese o Tribunal de Contas exerça o controle externo em auxílio ao Poder Legislativo, inexistente relação de subordinação.

12) É possível a criação de novos tribunais de contas municipais?

Não. A Constituição Federal veda expressamente a criação de novos tribunais de contas municipais.

13) Qual o quórum para deixar de prevalecer decisão do Tribunal de Contas em parecer prévio no âmbito municipal?

2/3 dos membros da Câmara Municipal.

14) Em âmbito estadual, há alguma exigência de quórum para deixar de prevalecer a decisão do Tribunal de Contas em parecer prévio?

Não.

15) Os Tribunais de Contas dos Municípios são órgãos estaduais ou municipais?

São órgãos estaduais. Os Tribunais de Contas do Município, por sua vez, são órgãos municipais, existindo apenas o Tribunal de Contas do Município de São Paulo e o Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.

Fim de aula! Aqui temos a estrutura básica da nossa disciplina. Mas ainda há muito pela frente. Até a próxima aula.

Grande abraço e bons estudos!



LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS



Classificações de Controle

1. (Vunesp/2023/Prefeitura de Peruíbe/Auditor de Controle Interno)

É exemplo de controle prévio do orçamento público:

- a) decreto com regras para a execução orçamentária dirigidas aos órgãos públicos executores do orçamento público.
- b) a tomada de contas especial.
- c) a audiência pública de prestação de contas quadrimestral ao Poder Legislativo a respeito das metas de resultado fiscal.
- d) o parecer do Tribunal de Contas sobre as contas do Chefe do Poder Executivo.
- e) o relatório de gestão.

2. (Vunesp/2023/Prefeitura de Pindamonhangaba/Auditor Público)

Com relação aos controles interno e externo, é correto afirmar que

- a) a fiscalização dos municípios será exercida pelos Tribunais de Contas Estaduais com o auxílio do Poder Legislativo Municipal, mediante controle interno, e pelos sistemas de controle externo do Poder Executivo Municipal.
- b) as contas dos Municípios ficarão à disposição de qualquer cidadão, durante trinta dias, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legalidade, veracidade e legitimidade.
- c) o controle a posteriori deve ocorrer ainda antes da prática do ato administrativo com vistas a evitar que produza efeitos jurídicos que podem se tornar irreversíveis.
- d) o Poder Judiciário, no papel de órgão de controle externo, realiza controle prévio, a fim de avaliar a conveniência e oportunidade dos atos praticados pela Administração Pública.
- e) cabe ao sistema de controle interno federal avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos.



3. (Vunesp/2023/Prefeitura de Pindamonhangaba/Controlador)

O controle externo no Brasil é exercido pelo Poder Legislativo com auxílio do Tribunal de Contas competente, conforme a esfera da Federação. A este respeito, é correto afirmar que

- a) o Tribunal de Contas da União não exerce nenhum tipo de competência sobre atos executados por outros entes da União que não o governo federal.
- b) os conselhos profissionais, por serem considerados autarquias, de maneira geral, não se submetem à competência dos tribunais de contas.
- c) os tribunais de contas exercem fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e também patrimonial.
- d) os tribunais de contas não possuem funções consultivas, mas apenas repressivas, não lhes cabendo, portanto, atuar de forma preventiva.
- e) as decisões dos tribunais de contas no Brasil não estão sujeitas à revisão pelo Poder Judiciário, tornando-se definitivas após análise do seu plenário.

4. (Vunesp/2024/Porto de Santos/Especialista Portuário)

Sobre os controles da Administração Pública, é correto afirmar que o controle

- a) administrativo permite anular seus próprios atos quando inconvenientes ou inoportunos ou revogá-los quando ilegais.
- b) legislativo envolve os controles político e financeiro.
- c) externo possui como titulares os tribunais de contas, que são auxiliados pelo poder legislativo de cada ente federativo.
- d) social pode ocorrer por meio de consultas e audiências públicas, apenas.
- e) judicial é responsável por controlar, além da legalidade, a conveniência e a oportunidade de um ato administrativo, como regra.

5. (Vunesp/2022/ALESP/Técnico Legislativo)

Segundo a doutrina pátria, o controle da administração é o conjunto de mecanismos jurídicos e administrativos para a fiscalização e revisão da atividade administrativa. Sobre a matéria, é correto afirmar que

- a) o Poder Judiciário manterá, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.



- b) os responsáveis pelo controle interno no âmbito do Poder Executivo, ao tomarem conhecimento de qualquer ilegalidade, dela darão ciência ao chefe do Poder Legislativo, sob pena de responsabilidade solidária.
- c) a autotutela exercida pela Administração, por meio da anulação de atos ilegais ou da revogação de atos inconvenientes ou inoportunos, constitui mecanismo de controle administrativo, mas não de controle interno.
- d) o controle financeiro exercido pelas casas Legislativas de maneira direta ou indireta não representa controle da atividade administrativa.
- e) ao Poder Judiciário cabe o controle de legitimidade de atos administrativos, exercido, em regra, mediante provocação.

6. (Vunesp/2023/Prefeitura de Peruíbe/Auditor de Controle Interno)

É exemplo de controle judicial da administração pública:

- a) a ação de improbidade administrativa, cuja proposição pode ser feita pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelo Tribunal de Contas respectivo.
- b) a prerrogativa dos Tribunais de Contas de sustação de atos administrativos eivados de irregularidade grave.
- c) a ação popular, movida por qualquer cidadão, para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio de entidade pública.
- d) a prerrogativa dos Tribunais de Contas de sustação de contratos administrativos eivados de irregularidade grave.
- e) o parecer prévio dado pelo Tribunal de Contas às contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ao Poder Legislativo.

7. (Vunesp/2023/Empresa Paraibana de Comunicação/Assistente)

É exemplo de controle judicial da Administração Pública:

- a) o processo de tomada de contas especial junto ao tribunal de contas.
- b) a deliberação sobre a prestação de contas anual do Chefe do Poder Executivo.
- c) a sustação de contrato administrativo pelo Poder Legislativo.
- d) a sustação de ato administrativo pelo tribunal de contas.
- e) a decisão tomada em sede de ação popular.



8. (Vunesp/2018/Prefeitura de São Bernardo do Campo/Assistente Jurídico)

É correto afirmar, no que concerne ao controle do Tribunal de Contas, que

- a) a função desempenhada pelo Tribunal de Contas é técnica, administrativa e jurisdicional.
- b) a fiscalização do Tribunal de Contas não se restringe ao “controle financeiro”, sendo, entretanto, vedada a fiscalização contábil e orçamentária da Administração Pública indireta.
- c) na fiscalização pelo Tribunal de Contas, o controle pode tanger a: legalidade, legitimidade, economicidade e aplicação de subvenções e renúncia de receitas.
- d) a fiscalização do Tribunal de Contas não se restringe ao “controle financeiro”, sendo, entretanto, vedada a fiscalização contábil e orçamentária, das pessoas físicas que administre bens e valores públicos.
- e) o Tribunal de Contas integra a estrutura do Poder Judiciário, auxiliando o Poder Legislativo, possuindo total autonomia.

9. (Vunesp/2019/CM Serrana/Procurador Jurídico)

Acerca do controle pelo Tribunal de Contas, assinale a alternativa correta.

- a) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle interno, e pelo sistema de controle externo de cada Poder.
- b) O controle interno, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete, dentre outras atribuições constitucionais, apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em noventa dias a contar de seu recebimento.
- c) O Tribunal de Contas da União, integrado por onze Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional.
- d) Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros que possuam mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, idoneidade moral e reputação ilibada, notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública e mais de cinco anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos ora mencionados.
- e) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo



Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder

10.(Vunesp/2019/DAEM/Procurador Jurídico)

Ao disciplinar sobre a função fiscalizatória exercida pelo Poder legislativo e pelo Tribunal de Contas, a CF/88 estabelece que a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. Assim, é correto afirmar que

- a) o controle interno da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município.
- b) o controle interno da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.
- c) o parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão da maioria simples dos membros da Câmara Municipal.
- d) as contas dos Municípios ficarão, durante 90 (noventa) dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.
- e) é vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

11.(Vunesp/2018/IPSM SJC/Analista - Contabilidade)

Considerando-se que os objetivos do Controle Interno na área pública estão capitulados no artigo 74 da Constituição Federal em vigor, que menciona que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno, assinale a alternativa correta na apresentação de algumas de suas finalidades.

- a) Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União; mas, não a de avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária.
- b) Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- c) Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, mas não comprovar a legalidade e avaliar os resultados da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.



- d) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União e gerar demonstrações contábeis que representam o correto valor do patrimônio público.
- e) Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional e assegurar decisões e o cumprimento de medidas que gerem superávit orçamentário.

12.(Vunesp/2015/Prefeitura de Arujá/Executor Orçamentário)

A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das entidades da administração direta e indireta é exercida pelo controle externo, com o auxílio do(a)

- a) Ministério Público, que julga as contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo.
- b) Corregedoria Geral da Administração, que julga as contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo.
- c) Ministério Público que aprecia as contas prestadas pelo Poder Executivo.
- d) Tribunal de Contas, que aprecia as contas prestadas pelo Poder Executivo.
- e) Tribunal de Contas, que julga as contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo.

13.(Vunesp/2018/Prefeitura de Registro/Advogado)

Quanto à posição que os Tribunais de Contas ostentam na estrutura constitucional brasileira, assinale a alternativa correta.

- a) Estão subordinados hierarquicamente ao Poder Legislativo, de que são órgãos delegatários e organismos de mero assessoramento técnico.
- b) Estão subordinados hierarquicamente ao Poder Judiciário, de que são órgãos delegatários e organismos de mero assessoramento técnico.
- c) Estão subordinados hierarquicamente ao Poder Executivo, de que são órgãos delegatários e organismos de mero assessoramento técnico.
- d) A competência institucional dos Tribunais de Contas não deriva de delegação dos órgãos do Poder Legislativo, mas traduz emanação que resulta, primariamente, da própria Constituição da República.
- e) Como titulares do controle externo, os Tribunais de Contas não possuem qualquer vínculo administrativo ou funcional com os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.



14. (Vunesp/2014/TJ-PA/Analista Judiciário - Ciências Contábeis)

Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União; comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União; e apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, são atividades a serem exercidas pelos três poderes, suportadas por

- a) um sistema de controles internos.
- b) relatórios gerenciais.
- c) sistemas ERP.
- d) um sistema de informações gerenciais.
- e) informações sistêmicas.

15. (Vunesp/2013/MPE ES/Agente Técnico - Contador)

Na fase de acompanhamento e avaliação da execução orçamentária, entende-se que o controle será mais eficiente se for realizado a priori. Nesta fase, segundo a legislação em vigor, o controle será interno, quando executado por agentes do próprio órgão, ou externo, quando realizado pelo poder Legislativo, auxiliado tecnicamente pelo

- a) conselho federal de contabilidade.
- b) conselho regional de contabilidade.
- c) órgão próprio da Secretaria do Planejamento.
- d) tribunal de alçada das finanças.
- e) tribunal de contas

16. (Vunesp/2013/Câmara Municipal de Bragança Paulista/Procurador Jurídico)

Quanto ao controle dos atos da administração pública exercido pelo Tribunal de Contas, assinale a alternativa correta.

- a) Trata-se de controle interno, pois o Tribunal de Contas não é titular de competência para produzir normas jurídicas autônomas.
- b) O julgamento pelo Tribunal de Contas segue os princípios jurisdicionais, mas é passível de revisão pelo Judiciário.



- c) O Tribunal de Contas não dispõe do poder de estabelecer prazo para a autoridade corrigir defeitos de ilegalidade, que compete ao Judiciário.
- d) O Tribunal de Contas dispõe de competência jurisdicional em sua atividade de julgar as contas públicas.
- e) As sociedades de economia mista, em razão da natureza de sua constituição, não estão sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas.

17.(Vunesp/2019/Câmara Municipal de Sertãozinho/Contador)

Com sua sede na cidade de São Paulo, mas com jurisdição em todo território Paulista, o Órgão destinado à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado é

- a) a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.
- b) o Tribunal de Contas da União com jurisdição em São Paulo.
- c) o Tribunal de Alçadas e de Controladoria do Estado.
- d) o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- e) o Tribunal de Contas e Controles Internos da União, com jurisdição estadual.

18.(Vunesp/2019/Prefeitura de Campinas/Auditor Fiscal Tributário)

Quanto ao Município de Campinas e o controle pelos Tribunais de Contas, assinale a alternativa correta.

- a) O controle interno é exercido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e o controle externo é exercido pelo Tribunal de Contas do Município.
- b) Na inexistência de Tribunal de Contas do Município, a Constituição Federal atribuiu competência ao Tribunal de Contas do Estado para fiscalização financeira do município.
- c) Ao Tribunal de Contas do Município de Campinas é atribuída competência para fiscalização financeira do município.
- d) O controle externo é exercido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e o controle interno é exercido pelo Tribunal de Contas do Município.
- e) Enquanto não for criado o Tribunal de Contas próprio do Município de Campinas, o Tribunal de Contas do Estado fará o controle.

19.(Vunesp/2015/Prefeitura de São Paulo/Auditor de Controle Interno)

No tocante ao controle das atividades da Administração Pública realizado pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP), é correto afirmar que se trata de



- a) controle externo, realizado por órgão integrante do Poder Legislativo, competindo ao TCMSP a fiscalização e o controle da receita e da despesa do Município de São Paulo.
- b) controle interno, realizado por órgão integrante do Poder Judiciário, competindo ao TCMSP a fiscalização e o controle da receita e da despesa do Município de São Paulo.
- c) controle externo, realizado por órgão independente e autônomo que pertence à estrutura da esfera municipal, competindo ao TCMSP a fiscalização e o controle da receita e da despesa do Município de São Paulo.
- d) controle externo, realizado por órgão integrante do Poder Judiciário, competindo ao TCMSP a fiscalização e o controle da receita e da despesa do Município de São Paulo.
- e) controle interno, realizado por órgão independente e autônomo, que pertence à estrutura da esfera municipal, competindo ao TCMSP a fiscalização somente das despesas do Município de São Paulo.

Regras constitucionais sobre controle externo

20.(Vunesp/2023/Empresa Paraibana de Comunicação/Assistente)

A respeito do controle e da fiscalização contábil, financeira e orçamentária no Brasil, é correto afirmar que

- a) controle interno é aquele exercido apenas no âmbito do Poder Executivo, tendo por objeto os programas de governo.
- b) as empresas estatais não estão sujeitas ao controle exercido pelos tribunais de contas, em razão da sua natureza jurídica de direito privado.
- c) o controle externo é exercido também pelo Poder Legislativo, com o auxílio dos respectivos tribunais de contas, conforme se trate da União, dos Estados e Distrito Federal ou Municípios.
- d) as empresas privadas não estão sujeitas ao sistema de controle interno e externo da Administração Pública, ainda que recebam desta subvenções ou benefícios de natureza fiscal.
- e) os tribunais de contas são órgãos integrantes do Sistema Nacional de Justiça, insertos no Poder Judiciário.

21.(Vunesp/2024/Prefeitura de São Bernardo do Campo/Analista de Controladoria)

Sobre os controles interno e externo dos entes municipais brasileiros, é correto afirmar que

- a) é vedada a criação de órgãos de controle municipais, desde a Constituição de 1988.



- b) o controle externo do Poder Executivo municipal fica a cargo dos Tribunais de Contas estaduais ou municipais (onde houver), os quais têm as Câmaras Municipais como órgãos auxiliares.
- c) os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário municipais mantêm, de forma integrada, sistema de controle externo.
- d) as contas dos Municípios ficam ao longo do ano à disposição das entidades da sociedade civil para que elas possam examiná-las e apreciá-las, cabendo-lhes questionar a legitimidade das contas mediante requisição que conte com a adesão de um por cento dos munícipes.
- e) o parecer prévio emitido por órgão competente sobre as contas anualmente prestadas pelo Prefeito deixa de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

22.(Vunesp/2022/DAE Bauru/Administrador)

- É correto afirmar, a respeito do sistema de controle da administração pública no Brasil, que
- a) o controle interno corresponde àquele existente apenas no âmbito do Poder Executivo.
 - b) a competência dos tribunais de contas alcança as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
 - c) o controle interno é exercido pelo Congresso Nacional com auxílio do Tribunal de Contas.
 - d) as empresas privadas não estão sujeitas ao controle externo ainda que recebam recursos públicos.

23.(Vunesp/2022/Peruíbeprev/Analista Previdenciário)

- No tocante ao controle da Administração Pública, julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo, é uma competência exclusiva
- a) do Tribunal de Contas da União.
 - b) do Supremo Tribunal Federal.
 - c) da Câmara dos Deputados.
 - d) do Congresso Nacional.
 - e) do Senado Federal.



24.(Vunesp/2024/Mogi das Cruzes/Procurador Jurídico)

A respeito do controle interno e externo, considerando as disposições constitucionais, assinale a alternativa correta.

- a) As Constituições estaduais e as leis orgânicas dos municípios disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão compostos por sete Conselheiros.
- b) Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- c) Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao respectivo Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade solidária.
- d) Admite-se a criação de tribunais ou conselhos de contas em municípios com mais de 200 mil habitantes.
- e) O controle interno do Poder Executivo pode ser exercido com apoio técnico do respectivo tribunal de contas.

25.(Vunesp/2019/CM Sertãozinho/Procurador Jurídico)

O Tribunal de Contas da União tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional, sendo integrado por

- a) nove Ministros, nomeados dentre brasileiros com mais de 35 e menos de 60 anos de idade, e as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- b) nove Ministros, nomeados dentre brasileiros com mais de 35 e menos de 65 anos de idade; e as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.
- c) onze Ministros, nomeados dentre brasileiros com mais de 35 e menos de 65 anos de idade; e as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.
- d) onze Ministros, nomeados dentre brasileiros com mais de 30 e menos de 65 anos de idade; e as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.
- e) treze Ministros, nomeados dentre brasileiros com mais de 30 e menos de 65 anos de idade; e as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.



GABARITO

GABARITO



- | | |
|------|------|
| 1. A | 14.A |
| 2. E | 15.E |
| 3. C | 16.B |
| 4. B | 17.D |
| 5. A | 18.B |
| 6. C | 19.C |
| 7. E | 20.C |
| 8. C | 21.E |
| 9. E | 22.B |
| 10.E | 23.D |
| 11.B | 24.C |
| 12.D | 25.B |
| 13.D | |



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Controle Externo. Estratégia Concursos.

Constituição Federal.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.